



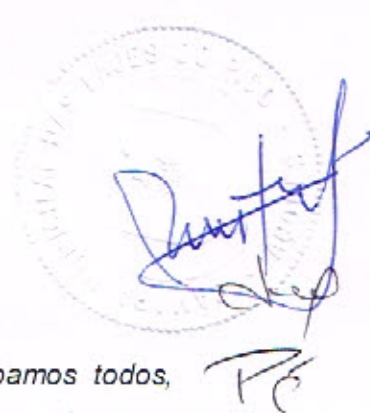
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal das Lajes do Pico, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, depois de instalada.-----

Conforme o disposto no número 1 do artigo 45º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro e alterada pela Lei Orgânica nº. 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Manuel Francisco Costa Júnior, na qualidade de cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a Assembleia Municipal no ato eleitoral realizado a um de outubro de dois mil e dezassete, presidiu a Sessão, declarando aberta a mesma, uma vez que havia quórum para o normal funcionamento da Assembleia Municipal, eram vinte e uma horas e dez minutos, sendo secretariada por mim, Márcia Isabel da Costa Machado, técnica superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal das Lajes do Pico e para tal designada. -----

Deu entrada na mesa uma lista para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal, adiante designada por lista A. Lista A: Presidente: Manuel Francisco Costa Júnior; Primeiro Secretário: Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa; Segundo Secretário: Luisabela Machado Coutinho. -----

Posta à votação por escrutínio secreto, a Lista A obteve catorze votos a favor e sete votos em branco. Ficando constituída a Mesa da Assembleia Municipal da seguinte forma: Presidente: Manuel Francisco Costa Júnior; Primeiro Secretário: Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa; Segundo Secretário: Luisabela Machado Coutinho.-- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agora empossado interveio: *O povo falou. Falou e disse. De forma clara, através de uma maioria expressiva, confiou em nós, facto que nos honra e que nos responsabiliza acrescidamente. Essa legitimidade democrática, alcançada nas urnas, por esta candidatura do Partido Socialista, não pode, nem deve, legitimar nenhuma visão centralizada, isolacionista, ou autocrática do poder. Mais, não deve servir para alimentar um modelo de governação assente numa dicotomia fechada de vencedores e vencidos. A conquista do poder, pela via democrática, não pode permitir o exercício arbitrário das funções políticas, nem o esvaziamento e a anulação da parte vencida.*



Esse tem sido, tragicamente, um dos nossos pecados mortais. Saibamos todos, vencedores e vencidos, honrar e merecer, com humildade e elevação de carácter, as responsabilidades, complexas e exigentes, que nos foram confiadas. Substituamos a exclusão pela inclusão, a fratura pela unidade, a guerrilha e o tacticismo partidário pelo combate político reprodutivo, a maquinação e a engenharia eleitoral pela discussão séria e sincera do bem público. É isso que os eleitores esperam e exigem dos seus representantes locais. -----

Esforcemo-nos, pois, de uma vez por todas, em credibilizar a nossa representatividade junto das populações que nos elegeram. Não tenhamos medo – esse espinho secular cravado no inconsciente e subconsciente dos portugueses – de assumir a diferença, de afirmar livremente os nossos pontos de vista e as nossas visões do mundo. Ao conformismo, à impotência e à paz podre, oponhamos a inquietação, o desassossego e o espírito crítico. Fomos sempre melhores, no curso da História, quando fomos inquietos. -----

Este é um tempo novo, que implica uma nova forma de estar. Depois do ardor, normal, do confronto político é preciso, sem preconceitos, sem zangas, sem azedumes e sem rancores, sarar as feridas e apaziguar os ânimos. O tempo de medir forças e de fazer escolhas acabou. Não transformemos as eleições numa espécie de terra queimada, inclemente e improdutivo. Juntemos forças, rentabilizemos energias, aproveitemos competências, racionalizemos vontades, construamos consensos, tiremos proveito da diversidade de olhares e de entendimentos, potenciemos diferenças, pondo-os ao serviço do território e da comunidade. -----

Tenhamos, todos juntos, a grandeza e a dimensão de carácter para não transformar esta eleição numa catarse, numa purga, num ajuste de contas, personalizando o que verdadeiramente é público, e só às pessoas, a todos os cidadãos – munícipes, interessa, e exclusivamente diz respeito. -----

Numa democracia madura, que ainda não é a nossa, bem entendido, tem de haver lugar cativo para vencedores e vencidos. Todos, por direito próprio, têm lugar à mesa. É preciso, com urgência, construir e reinventar essa capacidade de aproveitamento integral de toda a gente. Não é possível, nem desejável, governar, em democracia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

sem o contributo das oposições. Por isso, para uma gestão exigente e qualificada, são necessários governantes empenhados e competentes, e oposições exigentes, preparadas e comprometidas com o bem público. Ninguém pode, nem deve, ficar de fora. Não se podem nem se devem desperdiçar recursos. Mas governar, em democracia, é um trabalho que exige muito de todos nós, um país historicamente e medularmente marcado por formas diversas, e prolongadas no tempo, de absolutismo, autoritarismo, e centralismo político. É ser capaz de combater a intolerância, a arrogância e a ideia única. É descentralizar; é saber ouvir; é aceitar outros pontos de vista; é, com lucidez, visão estratégica, prudência e sensatez, saber incorporar nas decisões o pensamento alheio, o contributo esclarecido e valioso dos outros. ----- Mas este tipo de liderança moderna exige, igualmente, uma oposição descomplexada e sem preconceitos. Esclarecida e frontal. Com grandeza de carácter e com dimensão cívica. Insubmissa e liberta de engenharias partidárias de conjuntura. Que não se deixe contaminar por tacticismos políticos de circunstância. Que, resistindo ao ressentimento, legitimamente ajude a construir uma governação mais eficaz e mais eficiente para o Concelho. Não pode, nem deve, competir às oposições a destruição deliberada e sistemática da imagem e dos resultados da governação. Por imaturidade política e por impreparação, tem sido essa uma das nossas pechas habituais, um dos nossos males crónicos. Temos sido incapazes, todos, uns e outros, governantes e oposições, de acautelar esse património político indispensável e estratégico para a gestão pública. Façamo-lo sem temores e sem preconceitos. Com coragem. Sem complexos. Saibamos aproveitar o contributo esclarecido e crítico de todos. Sem exceções. Venha de onde vier, desde que venha por bem, e acrescente valor. Isso não nos diminui, nem nos apequena, antes nos engrandece e nos melhora, assim tenhamos a coragem de o exercitar na vida e na política. ----- O municipalismo moderno e o desenvolvimento do poder autárquico, têm sido, com as suas virtudes e defeitos, um dos pilares essenciais e estratégicos da democracia em Portugal. Depois de um grande esforço de qualificação levado a cabo nos últimos 40 anos, precisamos de prosseguir o caminho dos pais fundadores. Uma obra decisiva para as populações, mas sempre inacabada. -----

78



Não é fácil governar um concelho pequeno, marcado pelo envelhecimento e pela desertificação. Este é um problema complexo e difícil de ultrapassar no mundo moderno, por mais criatividade, empenho e competência que tenhamos e ponhamos na gestão destes territórios e destas comunidades. Os males são profundos e os remédios poucos e insuficientes. -----

Carregamos aos ombros, como autarquia, o pesado fardo das decisões políticas traçadas nos longínquos anos 70, do século XX. A autonomia regional decretou-nos, por opção política, uma espécie de interioridade, que acabou por cavar a nossa secundarização económica. Pagamos hoje, de forma irreversível, o preço dessas decisões tomadas nos primeiros tempos da autonomia açoriana. Faltou-nos peso político, massa crítica, capacidade de influência. Não tivemos força para inverter algumas dessas decisões históricas. Essa herança, esse testamento fundacional, desenhado num tempo original da nossa vivência democrática, traçou-nos um destino coletivo difícil e um futuro complexo. Que se foi aprofundando e agudizando no tempo. Que nunca será fácil remediar e consertar. Que nos acompanhará sempre. Que condicionará parte das nossas opções estratégicas e da capacidade de fazer mais e melhor. É preciso, pois, que tenhamos a coragem de identificar essas limitações, que condicionaram e condicionarão o nosso percurso histórico, económico e social. Ignorá-las, fazer de conta que não existem, é uma cegueira política. Algumas dessas decisões decorreram de uma justificada e legítima inevitabilidade territorial e geopolítica. Outras, foram fruto da irresponsabilidade política e dos jogos de influência da altura. Erros trágicos e traiçoeiros que o Pico pagou e pagará para sempre. Erros que, no Concelho das Lajes do Pico, aprofundaram uma espécie de interioridade, de inacessibilidade e de carácter periférico relativamente ao conjunto do território da ilha. Esse esvaziamento do Concelho, decidido na primeira década da governação autonómica, amputou-nos os recursos e os meios. Sem equipamentos e estruturas portuárias e aeroportuárias sediadas no Concelho, desprovidos de acessibilidades estratégicas, reduzidos no nosso processo de circulação e de comunicação, cavámos um certo isolamento, castrador e impotente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

Mas, não nos podemos resignar e desfalecer, justificando-nos eternamente com esses garrotes do passado. Não nos podemos tornar, definitivamente, em peregrinos da impotência. É preciso definir e desenhar caminhos novos e inovadores. Não podemos transformar essas circunstâncias do passado num determinismo fatalista e imobilista. Precisamos de nos reinventar, a partir do que temos, do que fomos e do que somos. -- Temos de honrar, no concelho e na ilha, a nossa dimensão fundacional e os mais de cinco séculos de história que carregamos às costas, enquanto território e enquanto comunidade. É isto que se espera e que se exige de todos nós.-----

Não havendo mais intervenções e nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim que a lavrei, e por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Auditório Municipal das Lajes do Pico, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete. -----

Isabel Coutinho

Maria Meehelo
